

**RESIDÊNCIA AGRÁRIA: A FORMAÇÃO DE ESTUDANTES PARA
ATUAREM NA EXTENSÃO RURAL COMO SUJEITO EDUCADOR DO
CAMPO**

OLIVEIRA, Carla Michele G. de,

Estudante de graduação em Agronomia da Universidade Federal do Ceará – UFC,
E-mail: carlamichele5@hotmail.com

CAVALCANTE, Deiziane Lima

Estudante de graduação em Agronomia da Universidade Federal do Ceará – UFC,
E-mail: deiziane.lima@gmail.com

ARRUDA, Joana D’arc Lima,

Estudante de graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal do Ceará – UFC
E-mail: nanaufc@yahoo.com.br

CAMURÇA, Andréa Machado

Graduada em Economia Doméstica pela Universidade Federal do Ceará- UFC e Bolsista CNPq 3
E-mail: andreamcufc@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A História da Extensão Rural no Brasil já foi contada e discutida por vários autores. No entanto para entender a importância do Programa Residência Agrária frente à busca da construção de um novo extensionista rural, é preciso fazer um breve contexto da educação, na história da Extensão Rural do País.

Ao longo do seu processo histórico, a Extensão Rural no Brasil apresentou diversas fases em termos de sua abordagem, organização, atuação e concepção filosófica no campo. O conceito do termo “Extensão Rural” apresenta-se com múltiplos sentidos e objetivos, abrange as mais variadas atividades rurais, envolve diferentes tipos de organizações, para atingir diversos Públicos, com diversas mensagens, cada um com significados distintos, para diferentes pessoas.

Para Ribeiro (1985, p.15), a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural-ABCAR define Extensão Rural como,

Um processo de educação informal, destinado a agricultores, donas de casa, jovens rurais e demais interessados no melhoramento da agricultura e do lar em melhores condições de vida para as populações rurais[...]. Conforme para o SIBER, seria o desenvolvimento do meio rural, através da valorização do homem, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento do País.

Segundo Swanson e Claar (*apud* Almeida, 1989, p.9).

A Extensão Rural compõe-se de duas dimensões: uma comunicacional e outra educacional, sendo um processo dinâmico que consiste em levar ao produtor rural informações úteis e relevantes (dimensão comunicacional) e ajudá-lo a adquirir conhecimentos, habilidades e atitudes para utilizar com eficiência essas informações (dimensão educacional).

O trabalho de Bicca (1992) apresenta-se como uma importante referência para compreender a diferença entre Extensão Rural e Assistência Técnica.

A Extensão Rural é compreendida como sistemas de procedimento técnicos e organizativos, realizado pelos extensionistas dos serviços oficiais e apresentam como função a educação do produtor rural e da população rural do campo, no qual compreende o agricultor ou criador, a dona de casa e o jovem do campo. Extensão também é educação prática, permanente e democrática, além de uma organização rural que desenvolve condições de liderança das famílias rurais e dos trabalhadores eventuais do campo. Para o mesmo a Assistência Técnica é definida como um conjunto de ações integradas que objetiva dar condições aos usuários de adotar e utilizar técnicas recomendadas para atingir o êxito de seu empreendimento. O papel de um assistente técnico abrange principalmente a elaboração de estudos, planejamentos e projetos assim como a direção, execução e fiscalização de obras e serviços técnicos. (BICCA, *ibid*)

Partindo dos conceitos estabelecidos por esses autores é possível problematizar que desde a origem da Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil predominava uma concepção de abordagem junto aos produtores rurais tecnicista, difusionista, que compreendia e tratava o processo educativo numa relação de mão única (o técnico como detentor do conhecimento e o produtor rural como receptor e passivo).

O objetivo do presente artigo é construir um diálogo pedagógico entre a proposta de desenvolvimento do campo via educação utilizada pela Extensão Rural do Brasil ao longo do seu processo histórico e o modelo de educação exercitado pelo Programa Residência Agrária.

O Programa Residência Agrária - PRA foi criado no ano de 2004 e desde então realizou parcerias com o Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA e Empresa de Assistência Técnica e Extensão do Ceará – EMATERCE, como também com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Ceará - FETRAECE.

O objetivo do PRA é formar profissionais alicerçados em novas bases paradigmáticas. A construção de um novo paradigma implica numa transformação profunda nas regras de organização das relações sociais e nas relações de sentido que fundamentam os projetos de sociedade (Cf. MORIN, 1992, *apud* CAPORAL, 1991), e uma das pré-condições para que isso ocorra é a formação de sujeitos com uma visão crítica a respeito do que se quer transformar. O PRA tem em seus princípios a formação de sujeitos que atuam com base na Educação do Campo, onde é pensado o campo e sua gente, seu modo de vida, de organização do trabalho e do espaço geográfico e de sua organização política e de suas identidades culturais, suas festas e seus conflitos, afirmando um dos seus princípios, onde os sujeitos da educação são sujeitos do campo: pequenos agricultores, quilombolas, indígenas, pescadores camponeses, assentados e reassentados, ribeirinhos, povos das florestas, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, caboclos, meeiros, bóias-frias (MOLINA, 2006), e na mudança da agricultura convencional para a agroecológica.

O programa visa ainda uma formação não apenas técnica, mas também pedagógica, política e social voltadas para a classe trabalhadora do campo historicamente excluída da Assistência Técnica e Extensão Rural, que tenha o horizonte de transformação da sociedade, e assuma compromissos com as mudanças do meio rural e com as condições de vida de seus sujeitos.

O Programa busca assim formar um extensionista diferenciado, capaz de entender, adaptar-se e adequar-se ao contexto no qual está atuando, não somente com o papel de técnico rural, mas como sujeito transformador e educador do campo.

O PRA é composto atualmente de duas etapas que consiste no Estágio de Vivência de Campo, para estudantes de graduação dos cursos do Centro de Ciências Agrárias - CCA; e do Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo que formou uma turma e está em processo de desenvolvimento de sua segunda turma.

O REFERENCIAL TEÓRICO QUE REGE O PROGRAMA RESIDÊNCIA

O Programa Residência Agrária trabalha na Perspectiva dos valores defendidos pelos princípios da Educação do Campo e foi inspirado pelos legados de Paulo Freire.

A crítica da extensão universitária feita por Paulo Freire (1977) é de grande valia no embasamento deste trabalho e na motivação de seu desenvolvimento. Ele considera que a Assistência Técnica deve ser entendida como um processo de construção do conhecimento, e não a simples substituição de uma forma de conhecimento por outro.

Para Paulo Freire (1987) a raiz da educação está na capacidade do homem de refletir sobre si mesmo e colocar-se num determinado momento, numa certa realidade. Portanto a educação implica em uma busca realizada por um sujeito que é o homem e esta busca deve ser feita com outros seres que também procuram ser mais e em comunhão com outras consciências.

A Extensão Rural no Brasil foi representada por uma atividade orientada pelo desenvolvimento capitalista do campo, sendo sua prática determinada ideologicamente, para ser um processo educativo domesticador/excludente, com o propósito de educar para a assistência técnica, ou seja, promover um processo de interiorização dos progressos técnicos. Sob o comando de um Estado de visão capitalista, predominante no País, às organizações de caráter extensionista desempenharam através de seus agentes um processo educativo, disseminador das ideologias burguesas e reprodutoras das relações capitalistas (CAPORAL, 1991).

O papel da Extensão Rural no Brasil primeiramente foi de “educar o homem do campo” para construir uma sociedade moderna, ou seja, industrializada, e a partir disso superar os atrasos do campo e os problemas de desenvolvimento. Para atingir tal objetivo foi incorporado á pratica extensionista dois elementos de instrumentalização: o desenvolvimento/organização da comunidade e práticas pedagógicas. Deve-se ressaltar que o presente trabalho fará problematizações ao segundo elemento - as praticas pedagógicas utilizadas.

A ação educativa apresentava como objetivo a substituição dos conhecimentos tradicionais da população rural por práticas, procedimentos e equipamentos “modernos”. A educação nesse período teve um papel fundamental no trabalho da Extensão Rural, pois funcionou como um instrumento político de controle social.

Para Lousa da Fonseca (1985, p.26),

A educação é definida como uma instituição social cuja especificidade reside no caráter pedagógico que lhe é inerente, ou seja, na sua capacidade de transmitir modelos sociais e fazer cumprir normas e valores tidos como válidos para o perfeito funcionamento da vida coletiva. Nesta perspectiva, a educação é entendida como fator de socialização, cuja função primordial é veicular no interior da sociedade mensagens que permitam a perpetuação ou a recriação de suas condições de existência.

A partir da década de 1980 a Extensão Rural adota uma nova prática e um novo discurso. No entanto para Paulo Freire o extensionista continuou a ser um repassador de informações, um transferidor de um modelo de educação denominada por ele de educação bancária.¹

Para Damasceno (2004, p.38)

A comunicação entre a extensão rural e os produtores era feita através de uma metodologia participativa, específica e adequada, exigindo uma estratégia de difusão de informações, previamente elaborada.

No entanto, é sabido que o processo de comunicação é caracterizado pelo diálogo entre as pessoas, assim como o diálogo é um processo comunicativo. Portanto do ponto de vista teórico a Extensão Rural nesse período realizou uma comunicação? O extensionista comunicava-se ou fazia comunicado? A Metodologia era participativa?

Para Kummer (2007, p.67) quando se usa o termo “metodologia participativa”

fala-se de um conjunto de métodos com características semelhantes usados para atingir o mesmo objetivo, baseado no princípio fundamental da participação[...] Na metodologia participativa se juntam vários métodos (aqueles participativos), usando diversos instrumentos específicos, e constitui-se num convite à ação e ao aprendizado conjunto, possibilitando maior acesso ao poder decisório (empoderamento das pessoas envolvidas e da organização).

Do início dos anos 1980 até os dias atuais, iniciou-se no país uma nova proposta de Extensão Rural, que aconselhava a construção de uma “consciência crítica” nos extensionista. Dever-se-ia usar o “planejamento participativo” como instrumento de ligação entre os técnicos e produtores, com bases na pedagogia da libertação desenvolvida por Paulo Freire.

Pensar uma prática libertadora, de acordo com Paulo Freire, exige uma postura contra a “domesticação” e uma ação educativa que requer do profissional um trabalho autêntico de extensionista educador, que pensa e considera o agricultor como humano. Sendo assim, seu papel em relação aos camponeses é de problematizar e objetivar sua situação concreta, para que a captando atuem criticamente sobre ela e a transformem. Na medida em que camponeses e extensionista percebem a importância da relação extensionista/agricultor ocorrem mudanças. No entanto para que aconteça uma ação transformadora da realidade o extensionista precisa assumir o papel de facilitador da transformação da realidade, desenvolvendo nas práticas educativas atitudes que dialoguem com capacidade crítica dos agricultores.

O Brasil vive um momento de consolidação de um governo democrático e popular que acende uma abertura para a participação e o controle social sobre as políticas públicas, de modo que se estabeleçam possibilidades concretas de mudanças para a população rural. É neste processo histórico de reconstrução do Estado Democrático Brasileiro que as atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, passaram a ser coordenadas pela Secretaria da Agricultura Familiar - SAF, do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, como estabelece o Decreto nº. 4.739, de 13 de junho de 2003.

Na nova visão da ATER (2004, p.9) definida em seu documento final a Extensão Rural apresenta-se com o seguinte significado

Estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo, e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando a melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da Agroecologia como eixo orientador das ações. (BRASIL, 2004)

A nova ATER sugere a adoção de metodologias participativas, devendo seus agentes desempenhar um papel educativo, mobilizando as forças sociais e atuando como animadores e facilitadores de processos de desenvolvimento rural sustentável. Frente a esse novo perfil de extensionista e para fundamentar as novas bases paradigmáticas, o PRA atua em duas metodologias.

A METODOLOGIA

Para fundamentar as novas bases paradigmáticas do PRA esse atua em duas metodologias; a Pedagogia da Alternância e a metodologia Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários - DSA².

A adoção da Pedagogia da Alternância é introduzida no PRA por orientação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.

Na Pedagogia da Alternância todos têm papel significativo no percurso de ação-reflexão-teoria-prática. Esta consiste em definir os papéis de cada sujeito para buscar respostas e alternativas para os problemas diagnosticados.

A Pedagogia da Alternância parte do pressuposto de que a concepção de desenvolvimento rural está associada ao enfoque formativo. A Alternância busca articular universos considerados opostos, promovendo na formação dos atores envolvidos uma interação entre a escola que transmite os conhecimentos a serem utilizados e seu contexto de vida, onde passaram a aplicar esse saber adquirido (SILVA, 2003)

.O princípio da Pedagogia da Alternância para Silva (*ibid*, p.11),

repousa sobre a combinação, no processo de formação do jovem agricultor, de período de vivência na escola e na propriedade rural. Alterna-se, assim, a formação agrícola na propriedade com a formação teórica geral na escola, que além das disciplinas básicas, engloba uma preparação para a vida associativa e comunitária.

O Princípio de Alternância no PRA passa por adaptações em relação ao seu Princípio original.

Por se tratar de estudantes de graduação de Cursos de Ciências Agrárias baseado num modelo de educação elitista, com formação limitada para atuar e se inserir em áreas de Assentamento Rural, com pouca motivação em Extensão Rural, o PRA redimensiona a sua compreensão de alternância resignificando-a na forma de duas etapas formativas.

Organiza-se assim em Tempo Universidade (estudo) e Tempo Comunidade (vivência). No Tempo Universidade ocorre às capacitações, oficinas pedagógicas e grupos de estudo que têm como objetivo preparar os alunos para a vivência nos Assentamentos Rurais, construir coletivamente o roteiro de vivência nos Assentamentos e discutir eixos temáticos como: A Questão Agrária Brasileira, Acampamentos e Assentamentos Rurais, Agricultura Familiar e Camponesa e

Agroecologia. No Tempo Comunidade são realizadas as vivências nos Acampamentos e Assentamentos Rurais. O estágio interdisciplinar de vivência consiste na construção do saber e, portanto de educação, a partir de uma conjugação entre teoria e prática, utilizando como base a realidade de Assentamentos Rurais do Ceará. O estágio é uma forma de se aproximar da construção do conhecimento que se faz na interlocução com diversos atores sociais envolvidos, que compreende os estudantes de graduação, os jovens assentados, os agentes rurais e os professores.

O estudante articula-se com o técnico e os jovens da comunidade e com a ajuda do professor orientador elaboram e realizam um trabalho de pesquisa. A idéia central é proporcionar um modelo de educação onde os atores sociais envolvidos ensinam-aprendendo / aprendem-ensinando nos dois tempos da alternância.

Quanto à Metodologia Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários, esta é conhecida e aplicada, também, nos dois tempos: Tempo Universidade onde ela é estudada e Tempo Comunidade onde é aplicada. O estudo da metodologia tem por finalidade capacitar estudantes, jovens assentados e agentes rurais. A metodologia tem como objetivo principal identificar e classificar de forma hierárquica os diversos elementos de toda a natureza (agroecológicos, técnicos e sócio-econômicos) que são condicionantes na evolução dos sistemas de produção³ buscando compreender como eles interferem nas transformações da agricultura (DUFUMIER, 2007). Além da construção de diagnósticos participativos buscando junto com as comunidades, identificar as principais dificuldades encontradas no sentido de viabilizar seus processos produtivos e sua organização social.

É uma metodologia de ação educativa com uma metodologia participativa, com visão abrangente da realidade a ser estudada. Através dela é possível promover um processo de ensino-aprendizagem prazeroso e atrativo com um poder de agregar, mobilizar e transformar pessoas.

A metodologia proporciona um ensino e aprendizado em que estudantes, agentes e agricultores constroem juntos o Diagnóstico da sua comunidade. Nesta construção existe uma síntese de pensar, sentir e atuar, uma reflexão e uma sistematização dos conhecimentos adquiridos.

Ao inserir no diagnóstico a participação do agricultor assegura-se o respeito aos valores culturais locais. Além disso, os agricultores exercitam novas formas de reconhecimento de sua realidade para buscar soluções para seus problemas, socializar com outras pessoas o conhecimento adquirido e principalmente ganhar confiança e auto-estima.

De acordo com Caldart (2002) uma das dimensões fundamentais da educação como formação humana na perspectiva de emancipação humana e da transformação social é o desenvolvimento da consciência histórica: O saber-se parte de um processo que não começa nem termina em cada

pessoa, ou em cada grupo humano, ou em cada grupo social. E o educador é “aquele cujo trabalho principal é o de fazer e o de pensar a formação humana, seja ela na escola, na família, na comunidade, no movimento social [...]” (CALDART, *ibid*, p. 36).

O estudante poderá tornar-se um sujeito educador do campo para profissionalmente se constituir como extensionista que se referencia numa educação a partir de seus sujeitos, que respeitam a diversidade cultural e as diferentes experiências, com o reconhecimento da sua especificidade, singularidade e potencialidade no estabelecimento de um território legítimo de produção de saberes da existência humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente a nova proposta da ATER os estudantes do PRA são estimulados a desenvolver ações coletivas e benéficas às comunidades na qual atuam, valorizando o saber do agricultor e fortalecendo convicções políticas e sociais.

No PRA a educação apresenta-se como uma “prática libertadora”, onde o estudante mantém uma relação de ensino-aprendizagem com o agricultor através de um diálogo participativo desenvolvendo uma visão crítica do contexto no qual está atuando.

As metodologias adotadas buscam formar sujeitos preparados para atuarem como educadores do campo, com habilidades técnicas, dialéticas e construtivistas.

A participação enquanto bolsistas do PRA contribui na formação acadêmica ao proporcionar um convívio com a realidade rural desenvolvendo-nos uma visão crítica acerca da realidade social dos agricultores, em particular, com suas limitações e potencialidades e da sociedade de uma maneira em geral. O caráter interdisciplinar proporciona a construção de um estudante capaz de atuar futuramente na Extensão Rural como agente comprometido na busca da melhoria das condições de vida dos agricultores, respeitando e valorizando a troca de conhecimentos e o aprendizado mútuo.

A vivência de campo, o dia-a-dia com as famílias nos proporcionam um novo olhar sobre os agricultores, um encontro com diferentes visões de mundo e o desafio de pôr em prática a teoria aprendida na Universidade. Aprende-se a relacionar a teoria com a prática, o saber científico e o popular. O confronto com essas realidades distintas associados à interação e uma complexa cooperação de saberes, proporciona uma reflexão holística e onilateral do mundo e dos horizontes culturais referentes à complexidade do campo.

Neste sentido, verifica-se a importância de uma formação profissional diferenciada e alicerçada em uma compressão da importância das Políticas Públicas voltadas para a Agricultura Familiar, executadas por extensionistas rurais facilitadores do conhecimento, através de um ensino-aprendizagem onde agricultores e técnicos constroem juntos os saberes e assim tornam-se sujeitos da Educação do Campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Joaquim Anecio. **Pesquisa em extensão rural**: um manual de metodologia. Brasília, MEC/ABEAS, 1989.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. (Versão final) Brasília-DF: maio 2004.

BICCA, Eduardo F. **Extensão Rural**: da pesquisa ao campo. Guaíba: Agropecuária, 1992.184p.

CAPORAL, Francisco Roberto. **A Extensão rural e os limites a pratica dos extensionistas do serviço Público**. 1991, 134f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria - RS, 1991.

DAMASCENO, José Maria. **Extensão rural**: 50 anos a serviço do produtor rural cearense: histórico e antecedentes: situação anterior e atual, nova proposta de trabalho: resultados alcançados. Fortaleza, Premius, 2004.

DUFUMIER, Marc. **Projetos de desenvolvimento agrícola**: manual para especialistas. Salvador: EDUFBA, 2007. 328 p.

CALDART, Roseli Salete (Org) Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar J.; CERIOLI, Paulo R.; CALDART, Roseli S. **A educação campo**: identidade e políticas públicas. v. 4 Brasília-DF: articulação nacional Por uma Educação do Campo, 2002. (Coleção Por Uma Educação do Campo)

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 218 p

_____. **Educação e mudança**. Trad. De Moacir Gadotti e Lillian L. Martin. 13. ° ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, 79 p.

FONSECA, Maria Teresa Lousa da. **A extensão rural no Brasil**: um projeto educativo para o capital. São Paulo: Loyola, 1985.

GARCIA FILHO, Danilo P. **Guia metodológico de diagnóstico de sistemas agrários**. Brasília: INCRA/FAO, 1999.

KUMMER, Lídia. **Metodologia participativa no meio rural**: uma visão interdisciplinar. Conceitos, ferramentas e vivências. - Salvador: GTZ, 2007. 155p.

MASSELI, Maria Cecília. **Extensão rural entre os sem-terra**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1998.

MOLINA, Mônica Castagna e JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de. (Orgs.). **Por uma Educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Caderno 5. Brasília, 2004.

_____. Residência agrária: estratégias e concepções. In: _____. et al. **Educação do campo e formação profissional**: a experiência do programa residência agrária. Brasília: MDA, 2009.

RIBEIRO, Ricardo Pinto. **O Sistema brasileiro de assistência técnica e extensão rural**: uma análise retrospectiva. Brasília: EMBRATER, 1985.

SILVA, Lourdes Helena da. **As experiências de formação de jovens do campo**: alternância ou alternâncias? Viçosa: UFV, 2003.

RESUMO

Extensão Rural, Educação do Campo e Políticas Públicas são expressões que no decorrer das últimas décadas vem sendo discutidas em vários âmbitos e modalidades, frente as suas implicações e capacidades de promover o desenvolvimento rural. Nesse sentido o objetivo do presente trabalho é realizar um diálogo pedagógico entre a proposta de desenvolvimento do campo via educação utilizada pela Extensão Rural do Brasil ao longo do seu processo histórico e o modelo de educação exercitado pelo Programa Residência Agrária. Busca-se assim reafirmar a importância de uma formação profissional diferenciada e alicerçada em uma compressão da importância das Políticas Públicas voltadas para a Agricultura Familiar, executadas por extensionistas rurais facilitadores do conhecimento, através de um ensino-aprendizagem onde agricultores e técnicos constroem juntos os saberes e assim tornam-se sujeitos da Educação do Campo.

Palavras - Chaves: Extensão Rural, Educação do Campo, Programa Residência Agrária.

¹ Sobre educação bancária ver Paulo Freire, *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 218 p

² Esta metodologia é utilizada desde 1995, pelo Projeto de Cooperação Técnica firmado entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação – PCT INCRA/FAO. Fonte: Guia Metodológico

³ Sistema de produção é a combinação das produções e dos fatores de produção (terra, trabalho, capital de exploração) na unidade de produção agrícola. (DUFUMIER, 2007).